

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

Pç. Marechal Arthur da Costa e Silva, 179 — Caixa Postal 31 Fones: 0 xx 18 3351-1214/3351-2443 - fax 3351-2442 - email: cmptal@webtal.com.br 19970-000 - Palmital - SP

PROTOCOLADO
PROJETO DE LEI Nº 13 /2005

OCESSONO Nº 0 380 103 105

PALMITAL 00 103 103 105

PALMITAL 00 103 103 105

PROJETO DE LEI Nº 13 /2005

Reside Partilha de SorDISPÕE SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Pricial Legislative ENTIDADES DO TEROFICIA

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ARTIGO 113 DA LEI 8.666/93 E DO ARTIGO 26 DA LEI COMPLEMENTAR N. 101/2000.

C. M. Polyholi em Dollardo da Silver Eduardo da

A Câmara Municipal de Palmital, APROVA:-

Artigo 1º- As entidades do terceiro setor que recebam recursos financeiros repassados ou geridos pelo município, ficam obrigadas a prestar contas discriminadas nos termos do que dispõe os artigos 70 da Constituição Federal, artigo 113 da Lei 8.666/93 e artigo 26 da Lei Complementar n. 101/2000.

§ 1º – Entende-se como recursos financeiros repassados ou geridos pelo município, os recebidos do Estado, da União Federal e do Município.

§ 2º – A prestação de contas deverá ser efetuada mensalmente até o dia 10 do mês subsequente.

Artigo 2º – Na prestação de contas deverá conter o ofício de encaminhamento, plano de trabalho e atendimento, relatório de execução físico-financeira, demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, se for o caso e respectivos saldos.

Parágrafo único – A prestação de contas será encaminhada com a relação dos pagamentos, relação de bens adquiridos ou construídos com os recursos recebidos, extrato da conta bancária, compreendendo o período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento recebido, além da conciliação bancária.

Fones: 0 xx 18 3351-1214/3351-2443 - fax 3351-2442 - email: cmptal@webtal.com.br 19970-000 - Palmital - SP

Artigo 3º - Estão isentas da prestação de contas mensalmente as entidades que recebam até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, ficando obrigada a prestá-la ao término do exercício fiscal.

Artigo 4º - A falta da prestação de contas no prazo estabelecido no parágrafo segundo do artigo 1º, impede o recebimento das verbas subsequentes, além de impedir novos convênios, subvenções, contratos, termos de parceria ou anuências.

Artigo 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6° – Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Vereador Professor Alcides Prado Lacreta, em

02 de março de 2005.

EDUARDO APOLINÁRIO DE VASCONCELLOS. Vereador

CUSSÃO E VOTAÇÃO Manoel Eduardo da Silva

Presidente

Manoel Eduardo da Silva

Presidente

CNCAMINHADO

EM 17/ 03 OFICIO N. 127